

## ESTUDANTES EM MOVIMENTO\*

Niedja Lima Torres Portugal\*\*

### RESUMO

Este trabalho trata das experiências dos estudantes da Universidade Federal do Ceará entre os anos de 1969 e 1979. Num contexto em que, pelo recrudescimento da ditadura, o movimento estudantil se viu espoliado das suas entidades representativas, os estudantes reinventaram seus espaços e suas atuações. Assim, os estudantes em movimento mantiveram o movimento estudantil buscando sempre criação de novos espaços e a possibilidade de existência das entidades. Através de entrevistas, jornais, documentos da Universidade Federal do Ceará e da legislação concernente ao movimento estudantil do período, procuramos reconstruir a memória de um movimento atuante e importante para a universidade e para a sociedade onde se insere.

Palavras-chave: movimento estudantil, memória, ditadura.

### ABSTRACT

This work deal with the experiences of the Universidade Federal do Ceará's students between the years 1969 and 1979. In a context of dictatorship, the student movement was spoiled of his representatives bodies, so the students invented their spaces and acting. On this way, the students in movement kept their social movement. Through interviews, newspapers, documents from Universidade Federal do Ceará and legislation, we try to rebuild the memory acting important for the university and society.

Key-words: Student movement, memory, dictatorship.

Durante os quatro primeiros anos de regime militar no Brasil, os estudantes se fizeram ouvir e respeitar. Atores de um movimento social<sup>1</sup> forte e atuante são personagens constantes na luta contra a ditadura militar. Especialmente no ano de 1968, a visibilidade do movimento estudantil era ao que mais se destacava no contexto vigente.

Em 13 de dezembro de 1968, o governo baixa o Ato Institucional nº5 e então, um movimento estudantil fruto de período de efervescência política e cultural, que aparecia como protagonista nos jornais e livros, some da cena pública, das manchetes e das páginas da história. No rastro do AI-5, foram implementadas medidas repressivas específicas para os estudantes. O Decreto-Lei 477 (de 26 de fevereiro de 1969) punia com a suspensão por três anos os estudantes envolvidos em atividades subversivas e tratava também da punição de professores e funcionários nas mesmas circunstâncias. O Decreto-Lei 228 (de 28 de fevereiro

---

\* Esse artigo sintetiza a discussão desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada "Estudantes em Movimento. (Fortaleza 1969-1979).

\* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

<sup>1</sup> Para a caracterização do movimento estudantil como movimento social, ver MELUCCI, Alberto apud FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996. (pgs 3 e ss.).

de 1967) fechou as entidades estudantis, colocando a cargo das universidades a escolha de uma representação estudantil mais adequada a seus interesses.

A partir deste ponto começa o silêncio historiográfico sobre o movimento estudantil. É a partir deste ponto que nossa pesquisa, buscando desconstruir esse silêncio, procurou interpretar a história dos estudantes que repensaram e refizeram suas práticas, buscando brechas no esquema repressivo onde pudessem se movimentar em busca de espaços legítimos de atuação. Da experiência desses estudantes, seus erros e acertos, suas rupturas e permanências, o movimento estudantil se rearticulou e se reorganizou, num processo que culmina nacionalmente com a reabertura da UNE<sup>2</sup>, e, em nosso estado, com a reabertura do DCE/UFC<sup>3</sup>, ambos ocorridos em 1979.

Trabalhar com um objeto como os espaços de atuação estudantil no período de maior repressão da ditadura instaurada pelo golpe civil-militar de 1964 surge como tema e problemática não só por ser um processo que ainda não se concluiu, pois as disputas de memória em torno do tema continuam. Mas principalmente, porque é um tema que exerce muita influência na vida do país e que não foi suficientemente debatido.

Trabalhar com essa memória exige um grande esforço para a compreensão das falas, que muitas vezes entram em conflito. A partir da subjetividade das narrativas, buscamos entender tensões, caminhos, decepções no modo como os militantes ressignificam as próprias experiências, construindo uma memória em constante evolução que acompanha esses indivíduos por toda sua vida.

Assim, temos um caldeirão onde se misturam elementos de repressão e uma crescente efervescência política. Correntes políticas diversas se mesclam. Estudantes em conflito buscam por espaço de luta e de expressão, de reivindicar e de brincar. Unindo política e cultura, luta e lazer, procurava-se trazer de volta à Universidade Federal do Ceará o movimento estudantil de massas, forte e atuante.

Uma fonte privilegiada no presente trabalho é a fonte oral. Para compreender os estudantes em movimento e nos aproximarmos de suas práticas através de indícios imperceptíveis para a maioria, a memória construída em torno dos complicados anos 1970 é fundamental. Cientes de que a proximidade com estes estudantes é ilusória e de que devemos “respeitar o resíduo de indecifrabibilidade”(GINZBURG, 1987:34), procuramos através das entrevistas melhor conhecer e compreender os estudantes que estavam em movimento na UFC no período estudado.

---

<sup>2</sup> União Nacional dos Estudantes.

<sup>3</sup> Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Ceará.

Neste caso, a história oral, no equilíbrio entre o pessoal e o social, “expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade”(PORTELLI, 2001:14). Vemos no relato um meio de alcançar resquícios das vidas daqueles estudantes. A opção de se trabalhar com memória nos leva a pensar o trabalho com a fonte oral não só como metodologia ou técnica. Para além das respostas que nos proporciona, seus problemas e indagações contribuem para entrever as práticas estudantis através da memória de ex-militantes do movimento estudantil, analisando as falas e os silêncios.

Desta forma, oralidade e memória são conceitos importantes para pensar o nosso objeto. Procuramos buscar nas falas de ex-militantes do movimento estudantil mais do que simplesmente as informações que não constam na documentação escrita. Buscamos as construções em torno do período, as disputas políticas de ontem que hoje aparecem como disputas de memória, o contraponto ao discurso elaborado sobre os estudantes.

Vendo a história oral como gênero, buscamos através da memória indícios das práticas e lutas estudantis já perdidas, mas com as quais o movimento estudantil ainda guarda vínculos. Pois o historiador, como profissional da história, é também um profissional da memória, e deve ter em mente que “a memória é sempre uma leitura do vivido”(MATOS, 1998: 204). Desta forma, lembrança e esquecimento se tornam importantes na dinâmica da constituição da memória das pessoas e do período.

Ao falar de movimento – movimento social, movimento de oposição, movimento estudantil – devemos ter em mente que “movimento” implica em ação e em relação. O movimento estudantil no período destacado em nosso trabalho é a ação dos estudantes em relação a uma estrutura de representação estudantil imposta por uma série de medidas repressivas. Logo, o conceito de movimento estudantil é um conceito relativo, que se faz a si mesmo assim como ele é feito pelo contexto histórico em que se insere. Essa compreensão traz consigo a noção de relação histórica: a observação do movimento estudantil só se dá em um decorrer de tempo, ao se desenrolar uma ação, em suma, em um “acontecendo”.

Para o melhor entendimento deste acontecendo é que “experiência” e “movimento estudantil” são conceitos que se adequam ao nosso objeto, pois contribuem para a análise das práticas dos estudantes como ações sociais, e destes estudantes como sujeitos produtores da História.

A partir do pensamento de Thompson sobre o conceito de experiência<sup>4</sup> vemos melhor como os estudantes, através de suas experiências, se organizam, se mobilizam, e assim, reconstruem suas entidades: através de suas práticas nas representações estudantis e de atividades culturais. Compreendemos sob diversos ângulos o (re) fazer-se do movimento estudantil. Assim, a luta e a organização dos estudantes se fizeram em vários lugares, cotidianamente.

O conceito de movimento estudantil desenvolvido por Maria da Conceição Fraga, em diálogo com a definição de movimento social segundo Alberto Melucci, em seu trabalho sobre os estudantes manauaras na década de 1970, nos ajuda a pensar o nosso objeto, o movimento estudantil, como agente do processo histórico. De acordo com a autora (FRAGA, 1996:4):

Compreendemos por Movimento Estudantil o movimento social surgido a partir das ações coletivas organizadas pelos estudantes, baseadas na solidariedade, construídas na identidade da condição de estudante, desenvolvendo conflito entre atores opostos, rompendo os limites de um dado sistema em que ocorre a ação.

Ao falar de movimento – movimento social, movimento de oposição, movimento estudantil – devemos ter em mente que “movimento” implica em ação e em relação. O movimento estudantil no período destacado em nosso trabalho é a ação dos estudantes em relação a uma estrutura de representação estudantil imposta por uma série de medidas repressivas. Logo, o conceito de movimento estudantil é um conceito relativo, que se faz a si mesmo assim como ele é feito pelo contexto histórico em que se insere. Essa compreensão traz consigo a noção de relação histórica: a observação do movimento estudantil só se dá em um decorrer de tempo, ao se desenrolar uma ação, em suma, em um “acontecendo”.

Trabalhando os espaços alternativos de atuação estudantil dentro da universidade sentimos a necessidade de uma compreensão ampliada do fenômeno político. Utilizando para suas práticas políticas espaços que até 1968 eram despoliticizados e até mesmo apolíticos, após o fechamento das entidades os estudantes diversificam suas possibilidades para vencer a multiplicação dos obstáculos. Outros espaços surgem, assim como outras formas de atuação. A política passa então para vários outros lugares, o que nos leva a diversificar nosso olhar.

Entrando em contato com a documentação no decorrer da própria pesquisa, a “coisa mesma” foi ficando mais nítida. Somente através da empiria, do contato direto com as fontes,

---

<sup>4</sup> Para o conceito de experiência em Thompson, confira THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

percebe-se a dimensão real do objeto a pesquisar. Esse movimento estudantil que buscávamos conhecer era um caso único, não se aproximava dos modelos mais conhecidos, como os casos estudados e difundidos do Rio de Janeiro e São Paulo. Também não se parecia com o movimento estudantil cearense nem no período anterior a 1969, nem do período posterior a 1979. Durante esses dez anos, as experiências estudantis se refizeram de uma ruptura com as práticas que proporcionaram o auge do poder simbólico estudantil, atravessaram o ponto máximo da repressão do regime ditatorial e chegaram transformadas à abertura política.

Ao nos depararmos com os vestígios deixados por esses estudantes, um choque nos veio na forma de questionamento: Como podem afirmar que após 1968 não houve mais movimento estudantil? Nos estudos sobre o movimento estudantil cearense e nos relatos de ex- militantes que atuaram até 1968, esse tema se repete. A romantização do movimento estudantil aos poucos vai cedendo espaço para uma visão mais próxima da realidade. Não se pode mais dizer que durante a ditadura os estudantes estavam mais mobilizados devido à repressão. Pelo contrário, foi o recrudescimento da repressão a partir de 1969 que obrigou os estudantes a passarem de um movimento de massas de caráter revolucionário para um movimento reivindicativo voltado para dentro das universidades.

1968 é um mito para o movimento estudantil. Tanto para os estudantes de 1979 quanto para os estudantes da atualidade, lembrar o “meia-oito” e reivindicar laços de proximidade aparece como forma de legitimação do movimento estudantil, e este “passado de glória” continua como um fantasma não só na memória, mas nas práticas estudantis. As experiências estudantis dos anos sessenta e setenta contribuíram muito para o crescimento dos estudantes como sujeitos políticos distintos. Mas suas práticas não encontram mais lugar nas universidades hoje e já na segunda metade dos anos 1970 mostravam sinais de enfraquecimento (MARTINS FILHO, 1998:23):

Feitas as contas, a classe média, a universidade, o estudantado e as formas de produção cultural tinham passado por extensas e intensas transformações. E, no entanto, em 1977 e nos anos seguintes, a subcultura específica dos militantes da esquerda estudantil parece ter impedido que se indagasse das raízes profundas da não adesão da “massa” estudantil às formas de participação propostas em 77, tão nitidamente inspiradas na memória de 1968. Desde então, o que se viu foi um processo de acentuada ritualização das atividades estudantis e de visível aparelhamento (uso das eleições estudantis para legitimar chapas de esquerda) da UNE e demais entidades.

Assim, pelo mito, 1968 sempre pareceu muito próximo. E o poder simbólico do movimento estudantil, que nesse ano atingiu seu ponto culminante, tende a se estabelecer como *o movimento estudantil*. Respeitando a historicidade de cada manifestação do movimento estudantil, entendemos que tivemos no Ceará e no Brasil muitos “movimentos

estudantis” diferentes e que temos de respeitar sua especificidade e compreender as rupturas e permanências que lhes deram origem.

Diante de tantos “movimentos estudantis”: daquele de 1968, do de 1969, do movimento que começou a reabrir as entidades representativas dos estudantes em 1979, até o movimento estudantil da atualidade; questões do passado, do presente e do futuro se misturam. Isso porque quando falamos em passado, presente e futuro, levamos em consideração as mudanças ocorridas. Muitos dos desafios que foram postos aos estudantes nos anos 1960 e 1970 continuam inquietando os estudantes de hoje, como o problema da falta de verbas para o ensino, a Reforma Universitária proposta pelo governo, que muito difere das propostas de professores e estudantes universitários e uma reivindicação do início da década de sessenta: a paridade entre professores, servidores e estudantes nas decisões da universidade.

Apesar da familiaridade das experiências, o que salta aos olhos é a estranheza. O contato com aquilo que é, mas não é mais, o movimento estudantil de ontem, ao mesmo tempo tão parecido e tão diverso deste que temos hoje, nos faz entender como a alteridade contribui para a nossa compreensão. Ao mesmo tempo, o que o movimento estudantil de 1969 a 1979 tem em comum com o movimento estudantil de hoje determina as nossas hipóteses prévias e orienta nossa compreensão. Isso porque é impossível compreender o presente pelo presente ou o passado pelo passado; só se pode entender o presente a partir da distância que ele tem com o passado, na sua historicidade; e vice-versa. Olhamos para os “movimentos estudantis” pretéritos com os olhos e as problemáticas do presente e é o entendimento destes que nos proporciona compreender hoje o movimento estudantil.

O movimento estudantil de 1969 é diferente daquele que atuava em 1968 assim como estes dois primeiros se distinguem do movimento reorganizado em 1979, pois é a história que produz o conjunto das condições que determinam um ser particular, sujeito de sua ação histórica. Assim, mesmo que muitas características do movimento estudantil da década de 1960 tenham servido de exemplo para os estudantes no final da década de setenta e que tenha sido reivindicado, como ainda é hoje, como exemplo de um movimento grande e forte, as mudanças na história e na sociedade impõem um movimento estudantil diverso.

Durante os dez anos em que as entidades estudantis da UFC permaneceram fechadas e que seus estudantes estiveram atados a uma representação discente imposta, o Brasil, o Ceará e o mundo sofreram muitas mudanças. Em 1969, só havia uma única universidade em nosso estado, a UFC. Em 1979, eram três instituições de ensino superior: Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará e a Universidade de Fortaleza, sendo esta última uma

instituição privada. O número de universitários aumentara consideravelmente. A UFC, que antes tinha a maior parte de seus cursos na área do Benfica e do Centro da cidade, agora contava com o Campus do Pici como grande concentração de estudantes.

No movimento de reabertura das entidades, evocar 1968 era buscar uma legitimação. Mas a universidade não era mais a mesma, assim como a própria juventude estava mudada. A retórica revolucionária perdia espaço para lutas voltadas para a política universitária, a assistência estudantil, a área cultural. No campo dos movimentos sociais, o movimento estudantil dividia espaço com o movimento feminista, movimento pela reforma agrária, movimento pela anistia e pelas eleições diretas, onde os estudantes se diluíam na massa de manifestantes.

1968 foi o ano de maior destaque do movimento estudantil. Movimento de massas, de caráter revolucionário, estava em luta explícita contra o regime ditatorial, o imperialismo norte-americano e o capitalismo. Com o Ato Institucional nº.5 e as medidas repressivas específicas aos estudantes universitários – como o Decreto- lei 228, que alterava o sistema de representação estudantil, a Lei 5.540, lei da reforma universitária, e o Decreto- lei 477, que punia estudantes, professores e servidores de instituições de ensino envolvidos em atividades “subversivas” – ocorre uma ruptura na história do movimento estudantil. Fechamento e reestruturação das entidades estudantis, controle e repressão sobre as atividades desenvolvidas pelos estudantes e para os estudantes: com variações regionais ou até mesmos locais, de universidade para universidade (já que cada instituição era livre para avaliar o tipo de organização discente que lhe era mais conveniente), a liberdade de ação do movimento estudantil estava profundamente cerceada. Em nosso caso específico, a UFC foi especialmente rígida.

Houve então um refluxo do movimento estudantil, que teve de se adaptar às novas condições impostas. Os estudantes perderam a visibilidade de suas atividades, que passaram a se desenrolar internamente à Universidade. O movimento adquiriu uma postura reivindicativa. Isso leva a uma análise equivocada de que no período não existia movimento estudantil. Especialmente em uma realidade como a cearense, onde a entidade estudantil representativa, com diretoria eleita através do voto direto, só foi possível já no final de 1979, e mesmo assim, numa situação de semi-ilegalidade, já que não tinha o reconhecimento da universidade em que funcionava, mas somente concessão para existir.

Os estudantes de 1968 eram diferentes dos estudantes de 1979, sendo que ambos foram sujeitos *do* e *no* seu tempo. Negar a legitimidade do movimento estudantil de 1969 a 1979 é negar a luta implícita e informal travada nos espaços de atuação permitidos para

continuar existindo e atuando. Subvertendo as regras ao mesmo tempo em que se mantinham no limite do sistema, os estudantes, se organizando, buscavam desorganizar uma representação estudantil imposta para se reorganizarem dentro de um outro sistema representativo do movimento estudantil, mais condizente com suas necessidades e com suas memórias.

## **BIBLIOGRAFIA**

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CASTRO, Wagner José Silva de. *Meu corpo minha embalagem todo gasto na viagem: artistas cearenses do CPC, da universidade e bares*. Monografia de Pós-graduação. Especialização em Perspectivas e Abordagens em História. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2004.

FARIAS, Airton de. *Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a ditadura militar (1968-72)*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *A UNE em tempos de Autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FRAGA, Maria da Conceição de. *Estudantes, cultura e política: a experiência dos manauaras*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1998.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: O Cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de Luta. Ritos Políticos do Movimento Estudantil Universitário. (Fortaleza, 1962-1969)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2002.

MARTINS FILHO, João Roberto (org). *1968 faz 30 anos*. Campinas: FAPESP, Editora da UFSCar, Mercado de Letras; 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Ler e escrever para contar. Documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1998.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. In.: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº. 22, 2001.

RAMALHO, Bráulio. *Foi Assim! O Movimento Estudantil no Ceará de 1928 a 1968*. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2002.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

\_\_\_\_\_. *A revolução faltou ao encontro*. Os comunistas no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970- 1980. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SILVA, Justina Iva de A. *Estudantes e política*. Estudo de um movimento (RN – 1960- 1969). São Paulo: Cortez Editora, 1989.

THOMPSON, Edward P. Prefácio. In: *A Formação da Classe Operária Inglesa*. A árvore da liberdade . São Paulo: Paz e Terra, S/D.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VASCONCELOS, José Gerardo. *memórias do silêncio*: Militantes de esquerda no Brasil autoritário. Fortaleza: UFC Edições, 1998.